

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar

History textbooks during the Iberian dictatorships (1936-1973): control policies and historical knowledge to be taught

Les manuels d'histoire sous les régimes dictatoriaux ibériques (1936-1973): politiques de contrôle et connaissance historique à enseigner

Libros de Texto de Historia durante las dictaduras ibéricas (1936-1973): políticas de control y conocimiento histórico a enseñar

Nelson Araújo
nelson.j.c.araujo@gmail.com

Resumo: Mais do que um auxiliar de estudo e repositório dos conteúdos a ensinar, os manuais escolares de História encerram valores que se querem transmitir. Conscientes dessa realidade, os regimes ditatoriais ibéricos fizeram por controlar o conhecimento a ensinar. O presente artigo pretende mostrar o conhecimento histórico a transmitir em cada um dos regimes ditatoriais ibéricos através da análise de uma amostra composta por manuais escolares espanhóis e por manuais escolares portugueses. Utilizou-se a análise do discurso com o objetivo de se poder, posteriormente, comparar o conteúdo dos manuais em ambos os países, concluindo-se pela existência de similares processos de inculcação ideológica, ainda que se registem ligeiras diferenças no respeitante à forma de os concretizar.

Palavras-chave: manuais escolares; ensino da História; ditaduras ibéricas.

Abstract: More than a study aid and repository of contents to be taught, History textbooks contain values that are intended to be transmitted. Aware of this reality, the Iberian dictatorial regimes controlled the knowledge to be taught. This article intends to show the historical knowledge to be transmitted in each of the Iberian dictatorial regimes through the analysis of a sample made up of Spanish and Portuguese school textbooks. Discourse analysis was used to compare the content of the textbooks in both countries, concluding that there were similar processes of ideological inculcation, even if there were slight differences regarding the form to do that.

Keywords: Textbooks; History teaching; Iberian dictatorships

Résumé : Plus qu'un support d'étude et un référentiel de contenus à enseigner, les manuels d'Histoire contiennent des valeurs destinées à être transmises. Conscients de cette réalité, les régimes dictatoriaux ibériques ont tenté de contrôler les savoirs à enseigner. Cet article entend montrer la connaissance historique à transmettre dans chacun des régimes dictatoriaux ibériques à travers de l'analyse d'un échantillon composé de manuels scolaires espagnols et portugais. La méthode de l'analyse du discours, en la comparaison de le contenu des manuels dans les deux pays, a permis de conclure l'existence de processus similaires d'inculcation idéologique, et ainsi enregistrer de légères différences en termes de forme de concrétisation de ces processus.

Mots clés: manuels scolaires; enseignement de l'histoire; dictatures ibériques.

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

Resumen: Más que una ayuda al estudio y depósito de contenidos a enseñar, los libros de texto de Historia contienen valores que se pretenden transmitir. Conscientes de esta realidad, los regímenes dictatoriales ibéricos intentaron controlar los saberes a enseñar. Este artículo pretende mostrar los saberes históricos a transmitir en cada uno de los regímenes dictatoriales ibéricos a través del análisis de una muestra compuesta por libros de texto escolares españoles y libros de texto escolares portugueses. Se utilizó el análisis del discurso con el objetivo de poder comparar posteriormente el contenido de los manuales en ambos países, concluyendo que existieron procesos similares de inculcación ideológica, aunque hubo ligeras diferencias en cuanto a la forma de hacerlo.

Palabras clave: libros de texto; enseñanza de la historia; dictaduras ibéricas.

Introdução

Por armazenarem em si valores e atitudes que se pretendem transmitir (Apple & Christian-Smith, 1991: 4) ao mesmo tempo que divulgam os conhecimentos essenciais que permitem aos alunos “agir intencionalmente” (Rüsen, 2007: 82), os manuais de História possuem “também, mensagens políticas, pois o ensino de história é uma das instâncias mais importantes para a formação política” (Rüsen, 2011: 110) e são um dos instrumentos privilegiados para incutir a consciência histórica (Rüsen, 2011: 112) – que tem como objetivo principal “extrair do lastro do passado pontos de vista e perspectivas para a orientação do agir” (Rüsen, 2007: 33-34), constituindo-se a sua “componente narrativa” como a principal responsável para se “constituir sentido histórico” – o que pressupõe a formação histórica obtida através do processo de aprendizagem (Rüsen, 2007: 104-107). E é aqui, no processo de aprendizagem, que os manuais intervêm.

Sabedores desta realidade, os investigadores ligados ao estudo dos manuais durante os regimes ditatoriais ibéricos têm-se debruçado na análise do conteúdo que estes auxiliares de ensino encerram. Dos trabalhos mais significativos que têm, apenas, como objetivo o estudo de manuais escolares, destacam-se os de Valls Montés (1986; 2007) e de Castillejo Cambra (2008) (para o caso espanhol), e as contribuições de Sérgio Campos Matos (1990) e Arlindo Caldeira (1995) (para o caso português). Estes investigadores, cada um à sua maneira, procuraram determinar a visão que cada regime queria transmitir sobre a sua respetiva história – o que implicava a abordagem de certos factos e personagens em detrimento/exclusão de outros – concluindo todos estes investigadores, similarmente, que tal processo tinha por objetivo a criação de uma imagem da História nacional que instava ao apoio de cada um dos regimes ditatoriais. O presente artigo, integrando-se neste mesmo intento investigativo, pretende analisar a visão histórica transmitida pelos manuais escolares de História do *ensino médio* (Ensino Liceal e

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

Enseñanza Media) durante as ditaduras ibéricas. Para tal, foram analisados manuais deste nível de ensino para ambos os países, procurando descrever-se sumariamente a visão histórica que cada regime pretendia transmitir. Deste modo, sob o título de *A História “sob a mira”*: *controlo dos conteúdos* reflete-se sobre as posições dos ditadores no respeitante à disciplina de História; em *Metodologia e processo de análise* é feita a descrição da metodologia utilizada; na secção *Os Programas* descreve-se sucintamente as características dos mesmos de acordo com os resultados obtidos através da metodologia aplicada; em *Os manuais escolares de História: conhecimento veiculado* atenta-se nos manuais analisados e na visão que transmitem sobre factos e personalidades da própria História de cada país; por fim, na rubrica *Conclusões*, procede-se à comparação entre os manuais escolares de ambos os países. Segue-se-lhe, evidentemente, a secção relativa às fontes e bibliografia utilizadas.

A História “sob a mira”: controlo dos conteúdos

O controlo sobre os manuais escolares, em ambos os regimes, estendeu-se às várias disciplinas a lecionar. No caso do *ensino médio*, a disciplina de História mereceu um controlo apertado; e a História a ensinar englobava a conceção mental de ambos os ditadores (Araújo, 2022: 386).

Em Portugal, o pensamento do regime sobre o papel da História estava explícito num comentário de Cordeiro Ramos¹ a uma citação do *Mein Kampf*, “em que Cordeiro Ramos subordinava a História ao devir político” (Gameiro, 2012: 9; Araújo, 2022: 386). No entanto, por entre os intelectuais portugueses, as posições sobre esta disciplina eram díspares, mas confluíam na concordância de que tinha uma função “na construção da identidade do indivíduo em relação ao grupo e na «inculcação» da lealdade” (Carvalho, 2005: 90). Neste âmbito, a Reforma do Ensino Liceal de 1936 estabeleceu a História como pilar da formação cívica da população e definiu como devia ser ensinada no Ensino Liceal (Carvalho, 2005: 97-99). Na prática, teve lugar a “imposição coerciva da hegemonia do «historicismo neo-metódico»” entre os anos de 1930 e 1974, e que se baseava no relato dos feitos e episódios mais grandiosos da História de Portugal (Nunes, 2013: 59) criando-se uma memória histórica que aparentava ser “pouco ideológica,

¹ Foi, várias vezes, Ministro da Instrução Pública entre 1928 e 1933.

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

escassamente diferenciada das narrativas antes dominantes e não marcada pelo antissemitismo” (Nunes, 2015: 88). O facto de todas estas medidas terem sido aprovadas expressa aquela que seria, provavelmente, a posição pessoal de Salazar sobre o ensino da História (Araújo, 2022: 386-387).

Para o caso espanhol, Francisco Franco expressou o seu ódio ao século XIX – por nele ter ocorrido a perda de várias possessões coloniais espanholas, em 1898) (Fontana Lázaro, 2015: 137-138). Os manuais escolares que foram sendo aprovados para o Bachillerato espelhavam uma imagem decadentista para a Época Contemporânea, de modo a estabelecer o regime franquista como o salvador de Espanha ao impedir o país de cair no abismo (Valls Montés, 1986: 233-234). Essa orientação principal para a disciplina de História foi estabelecida na Reforma de la Enseñanza Media de 1938 pelo Ministro de la Educación Nacional, Pedro Sáinz Rodríguez, e pelo responsável pela Enseñanza Media, José Pemartín Sanjuan (Canales Serrano, 2012: 70-71). Estas posições foram, em primeiro lugar, espelhadas nos Programas para a disciplina de História em ambos os países.

Metodologia e processo de análise

Como forma de se compreender o tipo de conhecimento a transmitir exigido pelos programas e aquele que é transmitido pelos manuais escolares, durante as duas ditaduras ibéricas, foi utilizado o método referido por Fairclough (2012), com algumas alterações, e que consiste em quatro fases:

- Stage 1: Focus upon a social wrong, in its semiotic aspects.
- Stage 2: Identify obstacles to addressing the social wrong.
- Stage 3: Consider whether the social order «needs» the social wrong.
- Stage 4: Identify possible ways past the obstacles (Fairclough, 2012: p. 71).

No caso dos Programas, atentou-se nos aspetos relacionados com a História nacional de cada país que merecem maior destaque nas definições programáticas (pela especificação/maior quantidade de subtítulos e conteúdos associados), analisando-se o discurso utilizado nesses documentos orientadores a respeito desses conteúdos de maior destaque – o que permitiu a definição dos tópicos de pesquisa –, enquanto a segunda fase implicou a análise do discurso utilizado e, a nível cronológico, a análise interdiscursiva dos vários programas com o objetivo de detetar diferenças de tratamento nos temas. Na

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

terceira e última fase para a análise dos programas, procurou perceber-se o estabelecimento de “power relations” na definição das temáticas – a nível de importância, ou através da ausência de outras (Fairclough, 2012: 12-15)².

No respeitante aos manuais escolares, a 1.ª fase implicou que a atenção se centrasse no texto de autor dos vários manuais escolares, com foco nos assuntos relativos à História de Portugal e de Espanha. Ainda nesta fase, foram definidos “objects of research for initially identified research topics” (Fairclough, 2012: 13-14) prestando-se especial atenção ao discurso adotado no relato dos factos e na caracterização de personagens históricos, nos processos linguísticos utilizados e nos valores a transmitir.

A 2.ª fase exigiu que se estabelecessem “dialectical relations [...]”: “between orders of discourse and other elements of social practices, between texts and other elements of events” (Fairclough, 2012: 14) o que, neste caso, se fez com a relação entre texto de autor e os eventos/personagens/valores descritos, sendo efetuada uma análise interdiscursiva dos vários manuais como forma de encontrar diferenças cronológicas e autorais no tratamento dos mesmos temas (Fairclough, 2012: 14). Na 3.ª fase, pretendeu-se compreender se o discurso dos manuais “contributes to sustaining particular relations of power and domination” (Fairclough, 2012: 15), enquanto na 4.ª fase foi verificado *se e como* os manuais escolares conseguiram alterar a visão histórica dos alunos.

Definido o método, foram selecionados os manuais escolares a analisar. Para o caso português, analisaram-se manuais de História do Ensino Liceal do 4.º 5.º e 6.º ano (período 1938-1947) e do 3.º, 4.º e 5.º ano (período 1947-1973), num total de 11 manuais – total que inclui reedições. Para o caso espanhol, dado não ter existido regime de livro único durante a Enseñanza Media, foram analisados os manuais destinados ao 3.º, 4.º e 5.º ano (período 1939-1957) e do 3.º e 4.º ano (período 1957-1975)³, num total de 8 manuais.

² A 4.ª fase implicaria, no caso concreto, perceber a mudança que tais conteúdos programáticos implicaram. Uma vez que não é, neste artigo, estabelecido paralelo entre regimes anteriores (a 1.ª República, para Portugal; a 2.ª República, para Espanha) esta fase foi suprimida.

³ Para o plano de 1957, foi analisada uma obra do 4.º ano, enquanto para o de 1967 foram analisadas obras do 3.º e 4.º anos.

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

Os programas

Programas em Portugal

Pela Reforma do Ensino Liceal de 1936, a disciplina de História confinava-se ao 4.º, 5.º e 6.º ano do 2.º ciclo do Ensino Liceal (Decreto n.º 27.084, 1936: 1237). Os Programas para esta disciplina surgiram no Decreto n.º 27.085, de 14 de outubro de 1936, que estabelecia uma História de cariz mundial para o 4.º e 5.º anos e, no 6.º ano, a atenção voltava-se para a História de Portugal. No 4.º ano abordavam-se a Pré-História, as Civilizações da Antiguidade, Grécia e Roma; no 5.º ano, atentava-se na Idade Moderna e na Contemporânea; e, no 6.º ano, principiava-se pelo determinismo do meio geográfico português e finalizava-se o relato histórico na década de 1930 – com as principais ações do Estado Novo. Como principais ausências deste Programa, não se aborda a Revolução Russa e as doutrinas socialistas (Decreto n.º 27.085, 1936: 1265) do mesmo modo que, no Programa de 6.º ano, parece excluir-se a evolução do regime republicano – há breves referências à intervenção de Portugal na 1.ª Guerra Mundial e à “anarquia social” antes do Golpe de Estado de 28 de maio de 1926 (Decreto n.º 27.085, 1936: 1266). Apesar de tudo isto, no dizer de Torgal (1998), nesta reforma do ensino a História não tinha “grande significado no quadro curricular”, devendo “o papel patriótico e a formação ideológica [...] ser antes produzidos e fortalecidos no conjunto da estrutura liceal” (Torgal, 1998: 95).

A Reforma do Ensino Liceal de 1947 colocava a disciplina de História como obrigatória no 2.º e 3.º ciclo do Ensino Liceal (Decreto-lei n.º 36.507, 1947: 388). Com esta reforma, “a História passa a ocupar um papel mais importante mas curiosamente, menos marcado em termos de ideologia” (Torgal, 1998: 97). A nova configuração programática colocava a Pré-História, as Civilizações Antigas, Grécia e Roma no 3.º ano; no 4.º ano lecionava-se a Idade Moderna; no 5.º ano, a Idade Contemporânea; no 6.º ano, a atenção incidia sobre a História das Civilizações nas várias épocas históricas; finalmente, o 7.º ano centrava-se na História da civilização portuguesa desde tempos anteriores aos romanos até 1940 (Decreto n.º 37.112, 1948: 1110-1116; Torgal, 1998: 97). Nestes Programas, há um maior detalhe às matérias a lecionar uma vez que, a partir da Reforma do Ensino Liceal de 1947, a História passa a ter importância transversal ao longo dos vários ciclos de estudo (Torgal, 1998: 97-99). De forma geral, a História mundial, que se lecionava no 3.º, 4.º e 5.º ano, integrava assuntos de História de Portugal

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

(caso das matérias respeitantes à formação de Portugal, à Reconquista, aos Descobrimentos portugueses e ao Portugal dos séculos XIX e XX). O 6.º ano dava menor destaque à História de Portugal (embora se abordasse a Expansão Marítima) e, no 7.º ano, maior atenção era dada aos Descobrimentos portugueses e ao período da Monarquia Constitucional. Tanto no 5.º como no 7.º ano, a instituição do Estado Novo era lecionada (Decreto n.º 37.112, 1948: 1114-1117).

Em 1954 são atualizados os Programas do Ensino Liceal. Comparativamente aos de 1948, existem algumas diferenças: no 3.º ano, introduz-se a matéria relativa à obtenção do conhecimento histórico, tipologia das fontes e às várias épocas históricas (Decreto n.º 39.807, 1954: 1007); além disso, o 3.º ano passava a incluir matérias relativas à Idade Média (bárbaros, Império Romano do Oriente, Igreja Católica e expansão árabe) (Decreto n.º 39.807, 1954: 1008). No 4.º ano, o “Desenvolvimento do poder real”, que fazia parte dos conteúdos relativos à Idade Média no Programa de 1948, passa a integrar o estudo da Idade Moderna – antecedendo as descobertas marítimas – e suprime-se a matéria relativa ao Império Holandês (Decreto n.º 39.807, 1954: 1009). Para o 5.º ano, altera-se o título de uma das matérias, que passa a intitular-se “*Difusão do liberalismo em Portugal*”, ao invés de “*Difusão do liberalismo na Europa*” – conferindo um cunho nacional à abordagem do liberalismo (Decreto n.º 39.807, 1954: 1010). No 6.º e 7.º ano, as alterações são pouco significativas.

A criação do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, que veio substituir o 1.º ciclo do Ensino Liceal e o Ciclo Preparatório do Ensino Técnico Profissional (Decreto-lei n.º 47.480, 1967: 1) significou reformulações programáticas. Os Programas para este ciclo passam a centrar-se na História de Portugal, com simplificação das matérias – principalmente, no 1.º ano deste ciclo, nos conteúdos relativos à formação de Portugal e à expansão marítima portuguesa. O 2.º ano deste ciclo iniciava-se com a Restauração da Independência, relatava em sucessão as matérias respeitantes à Época Moderna (reinados de D. Pedro II, D. João V e D. José) e Contemporânea (não deixando de referir as invasões francesas e a guerra entre liberais e absolutistas). No caso desta última época histórica, faz-se uma breve referência à Implantação da República, à participação portuguesa na 1.ª Guerra Mundial – finalizando-se com as realizações do Estado Novo e a descrição da sociedade portuguesa (na Metrópole e nas Colónias) (Portaria n.º 23.601, 1968: 1390-

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

1392). Em suma, nas palavras de Luís Reis Torgal (1998), os Programas de 1968 unem a “história social” ao “exemplo das grandes figuras” (Torgal, 1998: 99).

Programas em Espanha

A 8 de maio de 1939 foram publicados os questionários resultantes da Reforma de la Enseñanza Media de 1938. O questionário para o 1.º ano da disciplina de Geografía e Historia especificava a abordagem de vários heróis nacionais, que eram qualificados positivamente (caso de Cid, *o Campeador*; Fernando, *o Santo*; e Guzmán, *o Bom*). Do mesmo modo, qualificações positivas são dadas aos reis de Navarra e Aragão (Sancho, Afonso, Jaime I e Pedro III) (Orden de 14 de abril de 1939 aprobando los Cuestionarios..., 1939: 17). Vários períodos da História merecem qualificação positiva – o reinado dos Reis Católicos, apelidado de “Glorioso”; a Descoberta da América, considerada “el mayor acontecimiento de la historia” (Orden de 14 de abril de 1939 aprobando los Cuestionarios..., 1939: 17); o “magnífico” reinado de Filipe II; a “excelente administración material” da dinastia de Borbón. O questionário para o 1.º ano terminava com a “invasión extranjera marxista y bolchevique” e com as conquistas do Movimiento Nacional (Orden de 14 de abril de 1939 aprobando los Cuestionarios..., 1939: 18).

O questionário para o 2.º ano inicia com a abordagem acerca da geografia de Espanha e dos vários povos que habitaram esse território. Adjetivam-se vários monarcas como tendo sido *grandes* – casos de Afonso II, Jaime e Pedro IV de Aragão, Isabel a Católica, e Filipe II), com especial destaque para a “grandeza” espanhola durante o governo dos Reis Católicos e o apogeu durante o reinado de Filipe IV (Orden de 14 de abril de 1939 aprobando los Cuestionarios..., 1939: 18). Por contraste, o reinado de Carlox IV é qualificado negativamente, tal como a Segunda República espanhola. O Movimiento Nacional contrasta com este negativismo, pois é com ele que “España recobra su ser histórico” (Orden de 14 de abril de 1939 aprobando los Cuestionarios..., 1939: 19).

O questionário para o 3.º ano era marcado pela História do mundo e possuía um conjunto de conteúdos destinados a doutrinação patriótica e religiosa (caso de “pureza moral de la nacionalidade española, fiel continuadora del espíritu católico de la Cristiandad medieval”, havendo uma visão vincadamente católica que se estende, acima de tudo, à matéria sobre a Revolução Francesa – considerada fruto de “enciclopedistas, masónicos y anticatólicos” (Orden de 14 de abril de 1939 aprobando los Cuestionarios...,

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

1939: 19). A sustentar a superioridade que lhe confere o seu carácter católico, é feita a inferiorização de países democráticos – casos de Inglaterra (pois auxiliou na independência das colónias espanholas) e dos EUA (cuja civilização é vista como “materialista e inferior”, detentora de “falta de fundamento y de unidad moral. Inmoralidad financeira” e como principais culpados da “agresión injusta a España y a los países hispano-americanos”. Deste modo, sustenta-se a “misión exemplar” de Espanha numa altura em que era precisa “una renovación fundamental de la Civilización” (Orden de 14 de abril de 1939 aprobando los Cuestionarios..., 1939: 19).

O Programa para o 4.º ano era, essencialmente, dedicado à História da cultura europeia – com um acentuar de conteúdos relacionados com a influência da Igreja Católica em que, por exemplo, se apresenta a Contrarreforma como “lucha por la defensa del Catolicismo” e, na qual, Espanha teve papel fundamental. Do mesmo modo, o Programa terminava com uma referência elogiosa ao fascismo, por contraponto ao comunismo (Orden de 14 de abril de 1939 aprobando los Cuestionarios..., 1939: 20).

Por sua vez, o cuestionario para o 5.º ano acentuava a representatividade da cultura espanhola na Europa. É feita apologia do reinado dos Reis Católicos, o que contrasta com o decadentismo do século XVIII causado pelo afastamento dos ideais que consubstanciavam o “espíritu español” (Orden de 14 de abril de 1939 aprobando los Cuestionarios..., 1939: 20-21). Sobre a perda das colónias americanas, a Maçonaria é considerada a responsável intervindo, também, Inglaterra (Orden de 14 de abril de 1939 aprobando los Cuestionarios..., 1939: 22). Quanto à 2.ª República, o Programa transmite a ideia de que a Maçonaria, a Internacional e o Komintern foram os ideólogos deste regime, a que se contrapõe a ação do Movimiento Nacional – considerando-se “Franco, salvador de la Patria” (Orden de 14 de abril de 1939 aprobando los Cuestionarios..., 1939: 22).

Finalmente, o 6.º ano era consagrado à História do Império Espanhol, enquanto o cuestionario para o 7.º ano acentuava a ideia de que Espanha era defensora do catolicismo e tinha influência no mundo – terminando com a ideia de Hispanidad e de ressurgimento dos ideais espanhóis (Orden de 14 de abril de 1939 aprobando los Cuestionarios..., 1939: 23).

Os cuestionarios de Enseñanza Media de 1954, que seguiram a reforma deste nível de ensino ocorrida em 1953, colocavam a História propriamente dita no 3.º e 4.º ano (no

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2 2023.* 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

5.º ano, lecionava-se *Historia del Arte y de la Cultura*). Contrariamente aos questionários de 1939, os de 1954 abstêm-se de qualquer referência elogiosa ou crítica respeitante às matérias a lecionar. O Programa para estes anos adotava uma evolução cronológica (3.º ano, *História Antiga e Idade Média*; 4.º ano, *Idades Moderna e Contemporânea*), mas sem ciclicidade programática como ocorria nos questionários de 1939 (*Orden de 21 de enero por la que se aprueban los cuestionarios...*, 1954: 682-683).

Pelo Decreto de 31 de mayo de 1957, o plano de estudos da Reforma de la Enseñanza Media de 1953 foi alterado para “descongestionar, en lo posible, las enseñanzas teóricas, evitar en algunas materias a excesiva reiteración del método cíclico y garantizar, e incluso acentuar, el cultivo de las asignaturas más importantes y formativas” (Decreto de 31 de mayo de 1957 por el que se establece reducción de asignaturas..., 1957: 437). Deste modo, a disciplina de História confinava-se ao 4.º ano de Bachillerato (no 6.º ano, existia a disciplina de *Historia del Arte y de la Cultura*). No 4.º ano, assiste-se à simplificação de matérias – mas mantém-se a tónica elogiosa sobre o reinado dos Reis Católicos, a conquista da América e os feitos do *Movimiento Nacional* (*Plan de Bachillerato 1957 – Decreto de 31 de Mayo de 1957 y cuestionarios*, 1963: 20-21).

Com a publicação da Ley 16/1967 estabeleceu-se um *Bachillerato Elemental* constituído por 4 anos letivos, cujo plano de estudos colocava a História no 3.º e 4.º ano. No 3.º ano, era dado destaque à História de Roma e à História Medieval europeia, enquanto no 4.º ano era abordada a História Moderna e Contemporânea – com destaque para os reinados dos Reis Católicos e de Filipe II, a conquista da América e a obra do *Movimiento Nacional* (*Orden de 4 de septiembre de 1967 por la que se aprueban los Cuestionarios del Bachillerato Elemental*, 1967: 13426).

Desta exposição conclui-se, portanto, que os Programas da disciplina de História, em Espanha, foram perdendo as qualificações atribuídas aos vários períodos históricos, embora se mantenham o reinado dos Reis Católicos e a conquista da América como etapas fundamentais a serem referidas – tal como ocorre com as realizações do franquismo (Castillejo Cambra, 2008: 126-176).

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

Os manuais escolares de História: conhecimento veiculado

Manuais e conteúdos: em Portugal

Ao analisar alguns manuais escolares dos séculos XIX e XX, Sérgio Campos Matos (1990) estabeleceu um conjunto de características que se aplicam, também, aos manuais escolares estadonovistas: a “dicotomia progresso/decadência”, “um determinado sentido finalista a uma história quase sempre marcadamente parcial”, e “a caracterização da Nação, entidade colectiva dotada de uma idiossincrasia própria” (Matos 1990, 105-106). Por questão de espaço, seleccionaram-se os aspetos fundamentais de cada manual⁴.

A Idade Média, nos manuais de Alfredo Pimenta (1936) e de António Mattoso (1939a), tem como uma das matérias de interesse a formação do Reino de Portugal. Antecedendo a ascensão de D. Afonso Henriques, Pimenta salienta “a vida agitada por intrigas, combinações constantemente alteradas, ambições que nenhum escrúpulo limitava⁵” como fatores de decadência, apontando-se para uma ideia de progresso (Matos 1990, 105) com a chegada de D. Afonso Henriques ao poder – guerreiro valoroso e dono do propósito de obter a independência nacional (Pimenta, 1936: 24). Apesar de similarmente, reconhecer grande importância a D. Afonso Henriques, Mattoso (1939a) é da opinião de que D. Teresa foi uma regente competente, por ter forjado “a primeira imagem da Nação Portuguesa, a que o seu filho se encarregou de dar forma concreta” (Mattoso, 1939a: 36-38).

Outro personagem histórico a merecer atenção é D. Fernando. Para Pimenta, a sua política internacional foi pouco conseguida, ainda que internamente a Lei das Sesmarias tivesse grande importância (Pimenta, 1936: 55) enquanto Mattoso vê nele um monarca que tem em si o advir expansionista da Nação, ao dizer que “sentiu a nossa força de expansão externa, a nossa «vocação apostólica». Enganou-se apenas no seu objectivo, que estava no mar e não na terra, como lhe faziam supor as falsas ideias territoriais do tempo” (Mattoso, 1939a: 79). No entanto, são os acontecimentos da crise de 1383-85 que adquirem relevo, surgindo Nuno Álvares Pereira como “a figura mais representativa, a figura mais exemplarmente típica do povo português” (Pimenta, 1936: 105) dando-se

⁴ Para uma análise mais pormenorizada, consultar (Araújo, 2022).

⁵ Ainda que, algumas páginas adiante, o governo de D. Teresa seja elogiado e esta rainha qualificada de “primeiro instrumento da Nacionalidade Portuguesa” devido a ser mãe de D. Afonso Henriques (Pimenta, 1936: 14-15).

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

importância, além das suas capacidades de estratégia, ao seu comportamento religioso (Pimenta, 1936: 105; Mattoso, 1939a: 104).

A “gesta dos Descobrimentos” é, sem dúvida, uma temática fundamental nos três compêndios do período 1939-1947. O carácter religioso desta empresa está patente nas motivações apontadas pelos dois autores de manuais: “os nossos antepassados do século de quatrocentos não foram piratas nem foram traficantes: foram cruzados da fé católica, que puseram à frente de todos os seus desígnios, um, bem claro e bem confessado: o do serviço de Deus” (Pimenta, 1936: 123). Essa ideia de missão religiosa estende-se às ações do Infante D. Henrique e a D. João II (Mattoso, 1939a: 135; Pimenta, 1936: 125-127), considerando-se o primeiro destes dois protagonistas como tendo um plano definido para as descobertas (Mattoso, 1939b: 298-300)⁶. A iniciar um período considerado de decadência, a Dinastia Filipina é negativamente descrita tanto por Pimenta (1936, 285-326) como por Mattoso (1939a, 289-290). De modo similar, a ação do Marquês Pombal é considerada destrutiva para o reino (Pimenta, 1936: 405; Mattoso, 1939a: 337).

O liberalismo, enquanto doutrina política, é criticado por ambos os autores. Ataca-se, primeiramente a Revolução Francesa enquanto foco de ideias liberais, pois “desgostou e indispôs o mundo” (Pimenta, 1936: 445). O apoio ao governo de Beresford (Pimenta, 1936: 469) e às ações de D. Miguel (Pimenta, 1936: 483) demonstram claramente o antiliberalismo de Pimenta – reforçado com o ataque às ações dos primeiros governos liberais (Pimenta, 1936: 502-503) e à Implantação da República (Pimenta, 1936: 530-532). Por seu turno, no *Compêndio de História de Portugal*, Mattoso mostra também o seu repúdio ao liberalismo (Mattoso, 1939a: 368-391), e vê na instauração da Ditadura Militar o fim da instabilidade republicana (Mattoso, 1939a: 427-449). Finalmente, o Estado Novo era, para Mattoso, responsável por Portugal ter tornado “a conquistar o seu prestígio no mundo” (Mattoso, 1939b: 473)⁷.

As alterações programáticas ocorridas com a Reforma do Ensino Liceal de 1947 estabeleciam que o manual de História Universal teria que ser dividido em três volumes – para ser utilizado no 3.º, 4.º e 5.º anos. O único manual que corresponde à estrutura

⁶ Esta ideia de plano está referida no *Compêndio de História de Portugal* – considera-se o Infante um indivíduo culto e imbuído do espírito de cruzada (Matos, 1990: 145-146).

⁷ No seu *Compêndio de História Universal*, Mattoso estabelece um paralelismo entre o sistema corporativo italiano e português, que refere ser apoiado por várias instituições e nações (Mattoso, 1939b: 486-489).

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

descrita é o *Compêndio de História Universal*, da autoria de António Mattoso. Foram consultadas várias edições deste compêndio para o restante período em estudo; e, na abordagem que se segue, utilizar-se-á a edição de 1958/1959 fazendo-se os reparos necessários relativamente às edições subsequentes.

Atentando no relato da Reconquista Cristã, que constava no 4.º ano do Ensino Liceal, D. Teresa tem palavras elogiosas ao ser entendida como a “continuadora da política do marido” – política essa que consistia em obter “a independência do Condado [...] de forma a poder convertê-lo em «núcleo de um poderoso Estado no Ocidente da Península»” (Mattoso, 1960: 97; 1970a: 97). A dinastia afonsina, para este manual, constitui-se como decisiva para tonar o reino “considerado e forte (Mattoso, 1960: 102; 1970a: 102).

A política de D. Fernando é apoiada, pois tomou “as providências mais acertadas” com a Lei das Sesmarias (ainda que se considere infeliz a sua política externa) (Mattoso, 1960: 137-140; 1970a: 137-140). No relato da crise política surgida após a sua morte, considera-se que o rei castelhano não cumpriu as cláusulas do Tratado de Salvaterra de Magos e que deveria ter sido escolhido “imediatamente rei português” (Mattoso, 1960: 143-144; 1970a: 143-144). No conflito que se seguiu à tomada do poder pelo Mestre de Avis, releva-se a figura de D. Nuno Álvares Pereira – que, em situação de combate, “rezou com fervor. Em seguida, beijou o chão, levantou-se e aguardou o ataque” (Mattoso, 1960: 150; 1970a: 150).

A matéria mais representativa, no âmbito da História Moderna, são os Descobrimientos portugueses (Mattoso 1960, 184-208; 1970a, 184-208). Nas várias motivações para a empresa, a motivação religiosa de cristianização impera sobre todas as outras (Mattoso 1960, 192; 1970a, 192). O Infante D. Henrique é considerado um indivíduo culto e responsável pela preparação das iniciativas de descoberta (Mattoso 1960, 192-196; 1970a, 192-196). Referem-se vários monarcas deste período – cujo destaque vai para D. João II, descrito como “prático e prudente” (Mattoso 1960, 204; 1970a, 204), alude-se ao Tratado de Tordesilhas, à descoberta do caminho marítimo para a Índia e a do Brasil, para se finalizar esta etapa com a presença portuguesa no Oriente, a colonização do Brasil e as descobertas castelhanas – finalizadas com a viagem de Fernão de Magalhães (Mattoso 1960, 217-228; 1970a, 217-228). A crise dinástica surgida com a

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

morte de D. Sebastião, e que acaba com o governo do reino pela dinastia filipina, é momento de decadência nacional (Mattoso 1960, 275; 1970a, 275).

Das várias matérias que possui o compêndio para o 5.º ano, a relativa à Revolução Francesa possui carácter negativo: salientam-se as suas violências e elogia-se a ação conservadora da Convenção (Mattoso, 1958: 121; 1970b: 137). Após relatarem-se as invasões francesas e a resistência portuguesa aos invasores, reabilita-se a figura de Gomes Freire de Andrade – considerado herói por ter tentado o golpe de estado contra o governo de Beresford (Mattoso, 1958: 153-154; 1970b: 175-176); contudo, na alusão ao liberalismo, constata-se uma posição desfavorável, uma vez que os seus ideais “seduziram muitos homens bem intencionados, [...] e se entregaram de alma e coração à propaganda iniciada pela Maçonaria” (Mattoso, 1958: 156; 1970b: 178).

O colonialismo é outro tema em destaque – considera-se as expedições ao interior africano uma forma de restituir a verdade sobre o colonialismo nacional, fazendo-se o relato apaixonado sobre a Conferência de Berlim (Mattoso, 1958: 201-204; 1970b: 236-239). Nas partes finais deste compêndio, o 28 de maio de 1926 é o responsável por terminar com as lutas partidárias e as medidas anti-igreja que existiram durante a 1.ª República (Mattoso, 1958: 254-256; 1970b: 273-274), e Salazar o protagonista que veio “corrigir os defeitos do parlamentarismo” com a Constituição de 1933, realizar uma política financeira de sucesso, manter a neutralidade durante a 2.ª Guerra Mundial e assinar a concordata de 1940 com a Igreja Católica (Mattoso, 1958: 258-262; 1970b: 296-300).

As alterações do Estatuto do Ensino Liceal de 1947. Outros manuais?

Apesar de, com bastante segurança, poder dizer-se que os manuais de António Mattoso estiveram em vigor durante o período em estudo, o Estatuto do Ensino Liceal de 1947 introduziu alterações no processo de seleção de manuais – definiu-se o concurso quinquenal para a seleção de manuais a adotar (art.º 391º) e o primeiro período de vigência a iniciar no dia 1 de outubro de 1949 (art.º 392º) (Decreto n.º 36.508, 1947, p. 917); contudo, o Decreto n.º 37.112, de 22 de outubro de 1948, atrasou em 1 ano o início do primeiro período quinquenal e estabeleceu que, entre outras disposições, se poderia recorrer a compêndios “não aprovados no caso de se tratar de nova disciplina introduzida no plano de estudos ou de haver disciplinas que se estendam a anos do curso que, até

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

agora, as não incluíam” (Decreto n.º 37.112, 1948, p. 1081). Esta medida abrangia os manuais da disciplina de História, pois passou a constar do 3.º e do 7.º ano do Ensino Liceal, havendo alterações programáticas no 6.º ano.

Apesar de várias diligências, não foi possível encontrar documentação que delimitasse este período transitório. Como tal, considerando a listagem fornecida pelos Serviços de Documentação e Arquivo do Ministério da Educação, foram analisados todos os livros definidos nesta como manuais de História. Neste artigo, pela sua relevância, atentar-se-á nos manuais de Marcelino da Conceição (1950a, 1950b), e no de Fins do Lago e Maria Dinis (1966a, 1966b).

Os manuais da autoria do Padre Marcelino da Conceição são *sui generis*, dentro do conjunto de manuais deste período, devido ao seu cariz mais religioso. Ainda assim, em muito existe concórdia com posições dos manuais considerados oficiais.

Sobre a administração de D. Teresa, Marcelino da Conceição considera-a sagaz; e, a respeito da dinastia afonsina, entende que os seus quatro primeiros reis consolidaram politicamente o reino, enquanto os outros quatro monarcas “foram os organizadores da nação” (Conceição, 1950a: 66). No entanto, a etapa das descobertas marítimas adquire suma importância, ao considerar que o século XV foi o “Século de Ouro” para Portugal (Conceição, 1950a: 107). Nesta etapa, o Infante D. Henrique é responsável por organizar a Escola de Sagres (Conceição, 1950a: 110), e o Papa adquire estatuto superior ao considerar-se que foi ele que ordenou a negociação do Tratado de Tordesilhas (Conceição, 1950a: 117).

A decadência começa com o governo dos Filipes mas, diferentemente de outros compêndios, é atribuída a culpa do mau governo aos conselheiros régios e não aos monarcas castelhanos (Conceição, 1950a: 147). Na matéria respeitante ao 5.º ano, a decadência regressa com o governo do Marquês de Pombal, em que este estadista é apelidado de cruel e jansenista, mantendo-se um tom negativo no discurso – pois foi ele o responsável pela expulsão dos jesuítas do reino (Conceição, 1950b: 48-49).

O liberalismo encontra oposição, ainda que subliminar – que se concentra, acima de tudo, na figura de D. Pedro I (refere-se que “o país adere a D. Miguel, excepto a ilha Terceira” numa alusão a um apoio popular ao regime absolutista) e dos seus ministros (Conceição, 1950b: 87-88). O colonialismo, por seu turno, encontra defesa na ideia de

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

que os portugueses foram o “primeiro povo moderno a colonizar cristãmente” e que os colonizados preferiam a colonização portuguesa (Conceição, 1950b: 135)⁸.

Como dito anteriormente, os compêndios do Padre Marcelino da Conceição possuem uma maior defesa e louvor da ação da Igreja Católica como fator de estabilidade e progresso. Tal é feito, principalmente, por oposição ao comunismo soviético e elogiando as ações coletivas da Igreja no ensino e missionação (Conceição, 1950b: 162-166) e por se considerar que o “Evangelho é do que o mundo precisa” (Conceição, 1950b: 158). As ideias de ordem e de estabilidade estão associadas à ação de Gomes da Costa ao acabar com a 1.ª República (Conceição, 1950b: 173) e, conseqüentemente, na ação de Salazar – que é elogiada (Conceição, 1950b: 178-183).

A obra *História: Idade Média, Idade Moderna*, da autoria de Fins do Lago e de Maria Dinis, possui um primeiro volume dedicado à Idade Média – no qual a matéria de maior destaque é a respeitante ao Condado Portucalense – com incidência na valentia de Afonso Henriques e dos seus primeiros descendentes (Lago & Dinis, 1966a:, 103-133). O 2.º volume, ao ocupar-se da História de Portugal, tem palavras elogiosas para a ação de D. Afonso III, D. Dinis e D. Pedro I pelas medidas que tomaram (Lago & Dinis, 1966b:, 153-157), da mesma maneira que se reconhece a D. Fernando algumas medidas acertadas a respeito da navegação e da agricultura (Lago & Dinis, 1966b:, 160-161). Sobre a crise de 1383-1385, o relato é tendencioso pois salienta-se o receio do povo português em ter um rei castelhano (Lago & Dinis, 1966b:, 162).

Descrevem-se minuciosamente as descobertas marítimas portuguesas num conjunto relevante de páginas (Lago & Dinis, 1966b:, 207-253) entremeadas pela descoberta da América por Colombo (Lago & Dinis, 1966b:, 222-223). Tal contrasta com a situação de decadência associada a parte do século XVI. No âmbito da crise dinástica que se gerou após a morte de D. Sebastião, caracteriza-se Filipe II como invasor face a D. António e aos portugueses – o que transmite a ideia da recusa de um rei castelhano pelo povo português (Lago & Dinis, 1966b:, 306-308). O descontentamento com o governo dos Filipes conflui em revolta (Lago & Dinis, 1966b:, 309-311).

⁸ No relato heroico sobre a participação portuguesa na 1.ª Guerra Mundial encontra-se justificação para essa participação pelo facto de que “salvou as nossas colónias” (Conceição, 1950b: 150).

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

Manuais e conteúdos: em Espanha

Dado o facto de não ter existido manual único na Enseñanza Media, foram seleccionados manuais para o 3.º, 4.º e 5.º ano (período 1939-1957) e para o 3.º e 4.º ano (período 1957-1975). Para o primeiro destes dois períodos, foram seleccionadas obras de José Ramón Castro (1941a, 1941b, 1955) e da editora Luís Vives (1951), enquanto para o segundo período foram analisadas obras de Asián Peña (1965), Rumeu de Armas (1970) e Asián Peña e Ibáñez Daltabuit (1970).

Ramón Castro terá sido, segundo apurado por Valls Montés (2007), terá sido um dos autores de manuais mais representativos durante este período inicial, principalmente pela sua obra *Historia Universal y de España* (Valls Montés, 2007: 114-115). Do mesmo autor é, também, a obra *Geografía e Historia (quarto curso)* (Ramon Castro, 1941a). Elaborado de acordo com o plano de Bachillerato de 1939, este manual oferece uma visão mais isenta do reconto histórico do que outras do mesmo autor. Caso diferente é o da sua *Geografía e Historia* (quinto curso), que possui um outro tipo de relato histórico.

Entre as várias matérias constantes neste manual, a respeitante à presença romana na Península Ibérica merece atenção, destacando-se personalidades importantes nascidas em território espanhol (Ramon Castro, 1941b: 78-81). O foco seguinte de atenção é o reinado dos Reis Católicos, considerado grandioso por se ter conseguido a unidade territorial e a unidade espiritual do povo espanhol (Ramon Castro, 1941b: 142-143).

Sempre que possível, elogia-se o advir católico dos monarcas. Casos flagrantes desta circunstância são os reis Carlos V e Filipe II – o primeiro, por ter lutado contra o luteranismo (Ramon Castro, 1941b: 169); o segundo, por continuar a luta contra os protestantes⁹ – representada pela guerra na Flandres, um conflito pela fé católica (Ramon Castro, 1941b: 186).

A decadência surge nos reinados de Filipe IV e de Carlos II. Contudo, culpabiliza-se dessa situação agentes externos (Richelieu e o rei de França, no caso do primeiro destes monarcas; no caso do segundo, os ministros que asseguraram a regência durante a sua minoridade) (Ramon Castro, 1941b: 200-201). Similarmente, a influência das práticas e política francesa são tidas por negativas durante o reinado de Filipe V (Ramon Castro, 1941b: 229-230), da mesma forma que a abdicação de Carlos IV em Napoleão Bonaparte

⁹ “La España de Filipe II fue el brazo armado de la Iglesia” é a expressão utilizada para caracterizar as ações deste monarca (Ramon Castro, 1941b: 175).

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

a troca de dinheiro e de um palácio merece duras críticas (Ramon Castro, 1941b: 244). O ódio a França é também visível na responsabilização deste país (conjuntamente com Inglaterra e EUA) nos movimentos de independência das colónias americanas detidas por Espanha (Ramon Castro, 1941b: 263).

A terminar este compêndio, o ditador Primo de Rivera é considerado o salvador da pátria, o que contrasta com a referência negativa à 2.^a República, possuidora de “errores y [...] crímenes” – situação que o Movimiento Nacional veio corrigir (Ramon Castro, 1941b: 290-292).

A obra *Geografía y Historia (tercer curso)*, da editora Luís Vives, possui no seu término uma mensagem que coloca Espanha como “incomparable ejemplo para que el mundo aprenda cómo se forja y mantiene la paz” (*Geografía y Historia, tercer curso*, 1951: 262) – o que expressa um “continuum temporal” relacionado com o futuro grandioso da pátria espanhola (Castillejo Cambra, 2008: 304).

A principal característica definidora deste manual é o seu explícito apoio ao catolicismo, o que se consubstancia no relato bíblico da origem dos homens primitivos (*Geografía y Historia, tercer curso*, 1951: 96), no apoio concedido aos cristãos perseguidos por Roma (*Geografía y Historia, tercer curso*, 1951: 149) e às cruzadas (identificadas como combate pelo catolicismo) (*Geografía y Historia, tercer curso*, 1951: 175-176). Como religião a defender, o catolicismo tem em Carlos V e em Filipe II os seus paladinos (*Geografía y Historia, tercer curso*, 1951: 202).

A Revolução Francesa é descrita negativamente, associando-a a ataques contra a Igreja (*Geografía y Historia, tercer curso*, 1951: 229). Sobre as duas guerras mundiais, este manual culpabiliza a mentalidade surgida da reforma protestante como principal causa mental para os conflitos, e legitima o rearmamento alemão durante a 2.^a Guerra Mundial (*Geografía y Historia, tercer curso*, 1951: 257-261); por seu turno, a Espanha franquista é exortada como “ejemplo” para o mundo (*Geografía y Historia, tercer curso*, 1951: 262).

Na *Historia Moderna y Contemporánea*, da autoria de Ramon Castro, a atenção volta-se para os Reis Católicos – regressando-se à ideia de que conseguiram “la unidad nacional” (Ramon Castro, 1955: 15) – e relatam-se as conquistas territoriais na América (Ramon Castro, 1955: 66-80). Do mesmo modo que em obras anteriores, Ramon Castro acentua o pendor católico de Carlos V e de Filipe II (Ramon Castro, 1955: 62-81).

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

A decadência acentua-se com o reinado de Filipe IV (Ramon Castro, 1955: 127). Dentro deste período de decadência, Carlos IV e Fernando VII são negativamente descritos (Ramon Castro, 1955: 177-183). O reconto da Revolução Francesa é feito detalhadamente (Ramon Castro, 1955: 207-228) para se destacar a resistência aos franceses em território espanhol (Ramon Castro, 1955: 229-234).

A independência das colónias espanholas é vista, por este manual, numa perspetiva relativista: a de que cada povo tem direito à sua independência política. Esta é a justificação principal para essa circunstância, ainda que sejam elencadas outras (Ramon Castro, 1955: 245-246). Critica-se a 1.^a República Espanhola (pois “la indisciplina social fué la característica de este régimen”) (Ramon Castro, 1955: 302) e o comunismo (“constituye el máximo peligro para la civilización cristiana”) e referem-se os aspetos positivos das doutrinas totalitárias, ainda que sejam criticadas pelos seus conflitos com a Igreja pelo controlo do ensino (Ramon Castro, 1955: 327-329).

A ação do Movimiento Nacional é justificada, sendo os seus elementos identificados com a ordem e a estabilidade – e descreve-se a vitória de Franco como natural e inevitável (Ramon Castro, 1955: 340-341). No final deste manual, a Concordata e os Acordos de Madrid são evidenciados (Ramon Castro, 1955: 358-359).

O manual de Asián Peña (1965) retoma a ideia de unidade conferida ao reinados dos Reis Católicos – o que possibilitou o sucesso da Reconquista Cristã (Asián Peña, 1965: 144-147) – e a defesa do catolicismo com a instalação da Inquisição no reino (Asián Peña, 1965: 153).

Os descobrimentos espanhóis merecem alusão, referindo vários navegadores importantes – casos de Colombo, Elcano e Fernão de Magalhães (Asián Peña, 1965: 157-166). Mantém-se a mesma ideia de defesa do catolicismo pelos reis Carlos V e Filipe II existente em manuais anteriores (Asián Peña, 1965: 174-181) – ideia essa que se transmite para o elogio da ação de Hernán Cortez e de Francisco Pizarro (Asián Peña, 1965: 178-180).

A decadência está associada aos monarcas Habsburgos. Apenas com a ascensão dos monarcas da dinastia de Borbón é que esse decaimento é travado até ao reinado de Carlos IV (Asián Peña, 1965: 218-219). No meio da decadência, salienta-se o heroísmo dos espanhóis ao resistirem às tropas de Napoleão (Asián Peña, 1965: 239-241).

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

O liberalismo é criticado, principalmente na referência à Constituição de Cádiz – por ter sido responsável pelo conflito entre os espanhóis (Asián Peña, 1965: 242); similarmente, o estabelece-se uma clara oposição ao comunismo durante o relato da Guerra Civil (Asián Peña, 1965: 296-298) e da Guerra Fria (Asián Peña, 1965: 291-293) – e, em concreto, o ódio à URSS, considerada a responsável pela injusta condenação da ONU ao regime franquista (Asián Peña, 1965: 300-301).

Rumeu de Armas, na sua *Historia Universal y de España 3.º: Edades Antigua y Media*, tem como matéria de destaque a Reconquista, considerando que “España es el único país cristiano que consiguió liberarse de la dominación islámica. La Reconquista es la gesta heroica de la raza” (Rumeu de Armas, 1970: 149). Dá-se, também, importância a D. João II de Aragão – pelo facto de ter organizado o casamento do seu filho Fernando com Isabel de Castela (os futuros Reis Católicos) (Rumeu de Armas, 1970: 198).

A *Historia Universal y de España (Edades Moderna e Contemporánea)* mantém alguns pontos de contacto relativamente ao outro manual de Asián Peña. A unificação territorial durante o reinado dos Reis Católicos (Asián Peña & Ibañez Daltabuit, 1970: 14-30). No âmbito das descobertas marítimas espanholas, Cristóvão Colombo é relevado (Asián Peña & Ibañez Daltabuit, 1970: 35-39).

Carlos I tem a sua política descrita de forma pormenorizada. Para os autores deste manual, o seu objetivo era o de “restaurar la universitas christiana” (Asián Peña & Ibañez Daltabuit, 1970: 44). Filipe II é, por sua vez, também considerado defensor da fé (Asián Peña & Ibañez Daltabuit, 1970: 69).

Os conquistadores espanhóis são elogiados e a violência por eles exercida é relativizada. Utilizando uma frase extraída da *História Universal y de Espanha* (1965) diz-se que “cuanto los españoles destruyeron se vio compensado por lo mucho que fundaron” (Asián Peña, 1965: 195; Asián Peña & Ibañez Daltabuit, 1970: 50-51) – atribuindo-se à ação espanhola o objetivo de cristianizar os povos das colónias americanas (Asián Peña & Ibañez Daltabuit, 1970: 133).

O século XVII é de decadência devido ao governo dos “Áustrias Menores” (Filipe III, Filipe IV e Carlos II) (Asián Peña & Ibañez Daltabuit, 1970: 87). Esta decadência parece ser travada com a chegada da casa de Borbón ao poder – ainda que as perdas territoriais ocorridas durante o reinado de Carlos III sejam um facto negativo a registar (Asián Peña & Ibañez Daltabuit, 1970: 156-157).

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

As Cortes de Cádiz são aplaudidas devido a terem sido responsáveis pela Constituição de 1812 – posição contrária é tida face a Fernando VII, uma vez que aboliu este documento (pelo que é considerado um tirano (Asián Peña & Ibañez Daltabuit, 1970: 196-199).

Nas páginas finais deste manual, a Segunda República tem deficiências várias – o que sustenta a ocorrência do “Alzamiento Nacional”, elogiando-se a ação de Franco como *conselheiro* das elites governativas (uma vez que alertou para o perigo do comunismo) (Asián Peña & Ibañez Daltabuit, 1970: 303).

Conclusões

Sintetizando as ideias principais da História dita “oficial” contida nos manuais escolares portugueses, Arlindo Caldeira considera que esta ficou caracterizada pela “permanência; o providencialismo; a descontinuidade; o maniqueísmo; o etnocentrismo; e a hipervalorização do herói individual” Além disso, é evidente uma seleção de matérias a excluir no caso português ao não aparecer, nos Programas de 1936, os conteúdos relativos ao bolchevismo e à Revolução Russa (Decreto n.º 27.085, 1936: 1265-1266) – facto diferenciador relativamente a Espanha, pois os cuestionarios de 1939 incluem esses conteúdos com a finalidade de se salientarem as vantagens do Movimiento Nacional o que se reforça, no cuestionario para o 5.º ano, com o carácter depreciativo incutido aos bolcheviques – considerados ideólogos do regime republicano (Orden de 14 de abril de 1939 aprobando los Cuestionarios..., 1939: 18-22).

Analizados os manuais escolares, **constata-se** que se confirmam as principais conclusões de Castillejo Cambra (2008) e de Valls Montés (1986). Deste modo, existe um “*continuum* temporal de la nación” em que Espanha é tratada como um organismo que não morre, e ressurge com o franquismo (Castillejo Cambra, 2008: 304). Complementando esta perspetiva, há a ideia de que o nacionalismo e o catolicismo são parte integrante um do outro (Castillejo Cambra, 2008: 318-319; Valls Montés, 1986: 233-234), interpretando-se a Reconquista como acontecimento que procurou a recuperação do *território espanhol* aos muçulmanos (Castillejo Cambra, 2008: 326-328) – o que impele a que se considere a existência de Espanha e dos espanhóis enquanto povo em tempos longínquos anteriores ao seu surgimento enquanto país (Castillejo Cambra,

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

2008: 304)¹⁰. Em Portugal, a necessidade de identificação precoce não necessita de ser acentuada, “mercê da antiguidade da sua fundação enquanto reino”, pelo que não se recorrem aos mesmos processos encontrados nos manuais espanhóis para este fim (Araújo, 2022: 389).

Os períodos de progresso e decadência são vincados nos manuais escolares: em Espanha, progresso com os “Reyes Católicos y los Austria Mayores” e “la decadência y supervivência de la Patria en los siglos XVII-XX” (Castillejo Cambra, 2008: 338), interpretando-se a decadência dos monarcas da Idade Contemporânea e a perda das colónias espanholas como resultado da ação de influências estrangeiras (Valls Montés 1986, 233-234)¹¹. Para o caso português, a ideia de “permanência” interliga-se ao providencialismo – ou seja, à noção de que Portugal tem uma missão divina¹² que, apesar de tudo, é permeada por períodos de decadência (Caldeira, 1995: 132). Desses períodos de decadência faz parte o governo da dinastia filipina (Pimenta, 1936: 320-326) embora este decair seja insinuado, no compêndio de Mattoso, como tendo sido iniciado no final do reinado de D. João III (Mattoso, 1939a: 289-290).

Estas ideias contribuem para o apoio a ambos os regimes ditatoriais: o regime franquista adquire carácter ainda mais heroico devido a retirar-se legitimidade à Segunda República, que é associada aos “ataques «contra la religión», «separatismo»... Y al Frente Popular con el comunismo, que hace «completamente necesario» el «Alzamiento»” (Castillejo Cambra, 2008: p. 502)¹³, enquanto os manuais escolares portugueses retratam

¹⁰ O carácter católico está, também, presente no relato da formação do Império espanhol, descrito como “cruzada” (Castillejo Cambra, 2008: 366).

¹¹ No período anterior a 1957, os países ocidentais (em especial os EUA) são responsabilizados pelas perdas territoriais espanholas (Ramon Castro, 1941b: 263; Ramon Castro, 1955:245-246). Posteriormente, aposta-se no salientar de semelhanças entre as ex-colónias e a pátria espanhola (Asián Peña, 1965, p. 195).

¹² Esta missão divina está presente “na apologia do catolicismo feita quer pelo elogio explícito da religiosidade de vários personagens históricos, quer pelo elogio dos agentes católicos, quer pelo antagonismo entre a religião católica e as outras religiões” (Araújo, 2022: 326). Como exemplo dessa circunstância, temos a expansão do catolicismo apontada a D. Afonso Henriques como motivadora da Reconquista (Mattoso, 1939a: 40).

¹³ A oposição ao comunismo é feita na sua identificação com a 2.ª República (Ramon Castro, 1955: 340-341) ou pela culpabilização da URSS pelo afastamento internacional de Espanha durante o pós-2.ª Guerra Mundial (Asián Peña, 1965: 300-301), chegando-se a elogiar Franco por ter, alegadamente, alertado para os perigos da ideologia comunista (Asián Peña & Ibañez Daltabuit, 1970: 299).

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

o Estado Novo como o único capaz de acabar com “os defeitos do parlamentarismo” associados à 1.ª República e reerguer Portugal (Mattoso, 1958: 258; 1970b: p. 296).

Considerando a grande vigência temporal de ambos os regimes ditatoriais, seria interessante a realização de estudos comparativos relacionados com a visão histórica no período pós-ditatorial, com o intuito de perceber se se mantêm vestígios da visão histórica criada em tempo de ditadura e o que, de facto, se alterou. Tal tipologia de estudos permitiria estabelecer a evolução comparativa da memória histórica que se criou e pretendeu inculcar nas novas gerações.

Documentação

1951, *Geografía e Historia: tercer curso*, Zaragoza, Editorial Luis Vives, S.A.

1955, *Compendio de Historia Universal: edades Antigua y Media*, Madrid, Ediciones Bruño.

ASIÁN PEÑA, José (1965), *Historia Universal y de España*, Barcelona, Bosch.

ASIÁN PEÑA, José; Isabel Ibañez Daltabuit (1970), *Historia Universal y de España (Edades Moderna y Contemporánea)*, Barcelona, Bosch.

CONCEIÇÃO, Marcelino da (1950a), *Compêndio de História para o 4.º ano dos liceus*, Porto, Editora Educação Nacional de Adolfo Machado.

CONCEIÇÃO, Marcelino da (1950b), *Compêndio de História para o 5.º ano dos liceus*, Porto, Editora Educação Nacional de Adolfo Machado.

Diário das Sessões da Assembleia Nacional (1936-1973).

LAGO, Camilo Fins do; DINIS, Maria José (1966a), *História: Idade Média, Idade Moderna - 4.º ano*. Vol. 1. Porto, Porto Editora.

LAGO, Camilo Fins do; DINIS, Maria José (1966b), *História: Idade Média, Idade Moderna - 4.º ano*. Vol. 2. Porto, Porto Editora.

MATTOSO, António Gonçalves (1939a), *Compêndio de História de Portugal*, 2.ª ed. Lisboa, Livraria Sá da Costa.

MATTOSO, António Gonçalves (1939b), *Compêndio de História Universal: 4.º e 5.º anos dos liceus*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

MATTOSO, António Gonçalves (1958), *Compêndio de História Universal: 5.º ano liceal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

MATTOSO, António Gonçalves (1960), *Compêndio de História Universal 4.º ano*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

MATTOSO, António Gonçalves (1970a), *Compêndio de História Universal 4.º ano*, 10.ª ed. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

MATTOSO, António Gonçalves (1970b), *Compêndio de História Universal: 5.º ano*, 9.ª ed. Lisboa, Livraria Sá da Costa.

PIMENTA, Alfredo (1936), *Elementos de História de Portugal*, 3.ª ed. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.

RAMON CASTRO, José (1941a), *Geografía e Historia: cuarto curso de bachillerato*, Zaragoza, Librería General.

RAMON CASTRO, José (1941b), *Geografía e Historia: quinto curso de bachillerato*, Zaragoza, Librería General.

RAMON CASTRO, José (1955), *Historia Moderna y Contemporánea: cuarto curso*, Zaragoza, Librería General.

RUMEU DE ARMAS, Antonio (1970), *Historia Universal y de España 3.º: Edades Antigua y Media*, Salamanca, Ediciones Anaya.

Legislação portuguesa

Decreto n.º 27.084, de 14 de outubro de 1936, *Promulga a reforma do ensino liceal*.

Decreto n.º 27.085, de 14 de outubro de 1936, *Aprova, para vigorarem desde o início do ano letivo de 1936-1937, os Programas das disciplinas do ensino liceal*.

Decreto n.º 36.508, de 17 de setembro de 1947, *Aprova o Estatuto do Ensino Liceal*.

Decreto n.º 37.112, de 22 de outubro de 1948, *Aprova os Programas das disciplinas do ensino liceal*.

Decreto n.º 39.807, de 7 de setembro de 1954, *Aprova, para entrarem em vigor no próximo ano escolar, os Programas das disciplinas do ensino liceal*.

Decreto-lei n.º 36.507, de 17 de setembro de 1947, *Promulga a reforma do ensino liceal*.

Portaria n.º 23.601, de 9 de setembro de 1968, *Aprova os Programas do ciclo preparatório do ensino secundário, instituído pelo Decreto-Lei n.º 47480*.

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

Legislação espanhola

1967. *Plan de Bachillerato 1957 (Decreto de 31 de Mayo de 1957 y cuestionarios)*, Madrid, Dirección General de Enseñanza Media.

Decreto de 31 de mayo de 1957 por el que se establece reducción de asignaturas en el vigente plan de Bachillerato do Ministerio de Educación Nacional, Orden creando la Comisión dictaminadora de libros de texto.

Orden de 7 de julio de 1938 creando la Comisión dictaminadora para libros de texto en los Institutos de 2.ª Enseñanza.

Orden de 14 de abril de 1939 aprobando los Cuestionarios de Enseñanza Media.

Orden de 21 de enero de 1954 por la que se aprueban los cuestionarios de Enseñanza Media para las disciplinas de Religión, Filosofía, Gramática española y Lengua y Literatura españolas, Griego, Latín, Geografía e Historia, Matemáticas, Física y Química, Ciencias Naturales, Música y Dibujo, y las Orientaciones Metodológicas anejas para el desarrollo de los mismos.

Orden de 4 de septiembre de 1967 por la que se aprueban los Cuestionarios del Bachillerato Elemental, 1967

Bibliografía

APPLE, Michael; CHRISTIAN-SMITH, Linda (1991), "The politics of the textbook" in Michael Apple and Linda Christian-Smith (ed.) *The politics of the textbook*, Nova Iorque, Routledge, pp 1-21.

ARAÚJO, Nelson Jorge de Castro, (2022), *Reformas do Ensino não superior durante as ditaduras ibéricas (1936-1973): ensino da História, controlo da memória histórica e da identidade histórico-cultural*, Tese de doutoramento em História, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CALDEIRA, Arlindo (1995), "Poder e memória nacional: Heróis e vilões na mitologia salazarista", *Penélope*, n.º 15, pp. 121-139.

CANALES SERRANO, Antonio Francisco (2012), "Pemartín y la frustrada fascistización de la Enseñanza Media española de posguerra", *Historia Social*, n.º 74, pp. 65-84.

CARVALHO, Maria Manuela (2005) *Poder e Ensino: Os manuais de História na política do Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Livros Horizonte.

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 2 2023.* 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

CASTILLEJO CAMBRA, Emilio (2008), *Mito, legitimación y violencia simbólica en los manuales escolares de Historia del franquismo*, Madrid, UNED.

FAIRCLOUGH, Norman (2012), "Critical discourse analysis" in James Gee & Michael Handford (ed.), *The Routledge Handbook of Discourse Analysis*, Nova Iorque: Routledge, pp. 9-20.

FONTANA LÁZARO, Josep (2015), "Enseñar Historia con una Guerra Civil en medio." in Alberto Carrillo-Linares (ed.), *La Historia aprendida y enseñada: Reflexiones polifónicas*, Sevilha, Editorial Universidad de Sevilla, pp. 131-142.

GAMEIRO, Fernando Luís (2012), "A política educativa do Estado Novo - O Ensino Secundário Liceal", in Fernando Martins (ed.), *A formação e a consolidação política do Salazarismo e o Franquismo: As décadas de 1930 e 1940*, Évora, CIDEHUS.

MATOS, Sérgio Campos (1990), *História, mitologia, imaginário nacional: a História no curso dos liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte.

NUNES, João Paulo Avelãs (2013), "O Estado, a historiografia e outras ciências/tecnologias sociais", in João Paulo Avelãs Nunes & Américo Freire (coord.), *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: Olhares cruzados*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 53-81.

NUNES, João Paulo Avelãs (2015), "A memória histórica como instrumento de controle durante o Estado Novo português: O exemplo do antissemitismo", in Maria Luiza Tucci Carneiro & Maria Elizabeth Brêa (ed.), *O controle dos corpos e das mentes: estratégias de dominação dos regimes fascistas e autoritários*, Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo, pp. 88-114.

RÜSEN, Jörn (2007), *História Viva - Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.

RÜSEN, Jörn (2010), "O Livro Didático Ideal", in Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca & Estêvão Resende (org.), *Jörn Rüsen e o ensino de História*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, pp. 109-127.

TORGAL, Luís Reis (1998), "Ensino da História", in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes & Fernando Catroga, *História da História em Portugal: da Historiografia à Memória Histórica*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 85-152.

Nelson Araújo – *Os manuais de História nos regimes ditatoriais ibéricos (1936-1973): políticas de controlo e conhecimento histórico a ensinar*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 nº 2 2023. 88-114. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_2a5

VALLS MONTÉS, Rafael (1986), "Ideología Franquista y Enseñanza de la Historia en España, 1938-1953", in Josep Fontana (ed.) *España bajo el Franquismo*, Barcelona, Editorial Crítica, pp. 230- 245.

VALLS MONTÉS, Rafael (2007), *Historiografía escolar española: siglos XIX-XXI*, Madrid, UNED.

VIÑAO FRAGO, Antonio (2004), *Escuela para todos: Educación y modernidad en la España del siglo XX*, Madrid, Marcial Pons.